



CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ata da Reunião Ordinária de Fevereiro - 2025

Data: 24 de fevereiro de 2025

Início: 14h00min **Término:** 17h

Local: Auditório do Paço Municipal

Reunião em modo: Presencial

LISTA DE PRESENÇA

SEMAS: Mariana Meirelles Vieira; Gabriela Pascoal Certório; Cláudia Pinto Barreto; Monique Franco Marinho Bastos;

Secretaria Municipal de Saúde: Cláudia Augusta dos Santos de Almeida;

Secretaria Municipal Adjunta de Saneamento – Rodrigo Mariano da Silva;

Secretaria Municipal Adjunta de Turismo: Glauber Henrique Santos Caldas;

CBH: Thayná Fernandes Ribeiro Toledo;

ACIM: José Eduardo Carramenha;

Associação Raízes: Cíntia da Silva do Espírito Santo e Jane da Conceição Ribeiro da Costa;

S.O.S Praia do Pecado: Leonardo Pereira Machado;

Instituto Visão Social: Bernadete Vasconcellos e Thiers Wilberger;

Instituto Acesso: Virginia Nogueira de Carvalho;

Entidade Pesqueira: Valeria Docílio da Silva e Eduardo Gonçalves da Silva;

Instituto Visão: Bernadete Vasconcelos;

NUPEN: Rodrigo Lemes Martins;

UFF: Jorge Luiz Lourenço das Flores

Convidados: Raquel Rodrigues (UFRJ/NUPEM), Reinaldo Matos – UFF; Ana Caroline (ML Consult); Representante da Defensoria Pública, Wagner Nunes (NEA-BC), Pablo Mendonça UFRJ/NUPEM, Tatiane Pereira Xavier (UFRJ/NUPEM/PPGCIAC), Genaro Barbosa Cordeiro – FIPERJ, Leandro Neves (Procuradoria Geral do Município), Guilherme P. Medeiros (Tractebel), Marcelo C. Ribeiro - SEMAS.

INSTITUIÇÕES AUSENTES

Secretaria Municipal de Educação;

Procuradoria Geral do Município;

Secretaria Municipal de Obras;
Secretaria Ordem Pública;
Secretaria Municipal Adjunta de Ciência e Tecnologia;
Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa de Macaé;
CDL;
Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU-RJ

JUSTIFICATIVAS

Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU-RJ

PAUTA

I – Pequeno Expediente;

- 1) Verificação de quórum;**
- 2) Aprovação de atas anteriores;**
- 3) Leitura do expediente;**
- 4) Comunicações;**
 - a) Estudos para criação da Lei de Pagamento por Serviços Ambientais;**
 - b) Estudos iniciais para revisão da Lei de Arborização Urbana;**
 - c) Estudos para criação da Lei de Supressão de Fragmentos;**
 - d) Revitalização da Lagoa de Imboassica;**
 - e) Projetos em fase técnica;**
 - Selo Verde Macaé;
 - Rios Vivos Macaé;
 - Educação e Arte;
 - Macaé Mais Verde;
 - Coleta Seletiva;
 - Licenciamento Simplificado/Junta de Infrações Ambientais (JIFA);
 - f) Criação da Escola Municipal de Meio Ambiente;**
 - g) Capacitação técnica de servidores;**
 - Curso de Formação em Políticas Públicas Ambientais e Mudanças Climáticas;



- **Licenciamento Ambiental (Licenciamento/Fiscalização/Competências).**

5) Tribuna Livre.

- a) **Até 15 inscritos, com 1 minuto de fala por pessoa.**

II – Grande Expediente;

- 1) **Apresentação Técnica: Diagnóstico Preliminar dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação;**
- 2) **Relatório da Câmara Técnica de Julgamento de Processos.**

III – Ordem do Dia;

- 1) **Regularização de Grade – Discussão e Deliberação;**
- 2) **Aprovação do Calendário 2025 – Discussão e Deliberação;**

IV – Informe Geral;

- 1) **SEMAS.**

PEQUENO EXPEDIENTE

O Presidente do COMMADS, Phelipe Smith Salgado, deu início à 2ª reunião ordinária do COMMADS de 2025 e passou a palavra para o novo Secretário Executivo, Hélio Márcio. Hélio explicou que, antes de iniciarmos oficialmente a reunião, é necessário fazer alguns esclarecimentos. Ele destacou que recebeu orientações do secretário para dar mais efetividade à voz do conselho, o que exige que o regimento seja respeitado e seguido. Hélio também esclareceu sobre pedidos de documentos feitos por uma conselheira, destacando que as "comunicações" mencionadas na pauta do colegiado não são documentos, mas sim assuntos ou temas que a secretaria deseja comunicar. O objetivo dessas comunicações é estimular a participação dos Conselheiros, incentivando-os a apresentar propostas e sugestões sobre assuntos relevantes. As comunicações visam orientar o colegiado sobre temas e ações prioritárias que precisam ser debatidas. Além disso, Hélio anunciou que estão começando a elaborar um guia para os conselheiros, inspirado no exemplo bem-sucedido do Conselho da Cidade, que demonstrou significativo sucesso em produtividade efetiva. Fez a apresentação de um passo a passo e disse apresentação (guia) poderia ser disponibilizada aos conselheiros, fazendo fala explicativa sobre a importância do Conselho e a necessidade de se seguir estritamente a dinâmica de funcionamento prevista no Regimento Interno, visando o melhor aproveitamento e organização do tempo e dos trabalhos. Explicou de forma geral as características inerentes a cada momento da reunião: o pequeno expediente para os



ritos formais básicos de funcionamento do colegiado, o grande expediente para apresentações técnicas e de relatorias de trabalhos e, a ordem do dia, para as deliberações. Explicou que cada momento tem o devido espaço reservado para as falas dos conselheiros e que estes deveriam buscar se manifestar nestes espaços determinados e da forma correta, para o bom andamento das reuniões. Fez reiterados elogios ao trabalho de elaboração do atual Regimento, ao qual se referiu como sendo um regimento muito bem-feito e que segue a boa técnica, inclusive salvaguardando espaços importantes como o da "tribuna livre" onde o(a) cidadão(ã) pode se manifestar livremente. Pontuou a importância de não se fazer apartamentos às apresentações técnicas e temáticas, deixando os questionamentos para os momentos finais das apresentações. Sobre os planos de manejo em processo de elaboração por empresa contratada e que são objeto de pauta da presente sessão, compartilhou a informação de que o corpo técnico da SEMAS não estava satisfeito com a qualidade dos produtos e que estava realizando as devidas cobranças de ajustes. Acrescentou que, no momento da "ordem do dia", maiores esclarecimentos e respectivas documentações poderiam ser requeridas. Fez uma abordagem geral sobre outros pontos de pauta previstos, adiantando o esclarecimento de que a "Lei de Supressão de Fragmentos" visa proteger os fragmentos florestais. O **Presidente do COMMADS, Phelipe Smith Salgado**, deu início à 2ª reunião ordinária do COMMADS de 2025, havendo quórum, deu se início a reunião passando a palavra para a **Secretária Geral Monique Franco** que informou sobre a situação das 3 atas pendentes de aprovação, sendo que a ata de novembro de 2024 já havia sido enviada para a leitura dos conselheiros dentro do prazo regimental e retificada a pedido da conselheira Jane da Conceição Ribeiro da Costa. Informou ainda que as atas de dezembro e janeiro estavam preenchidas com o texto básico explicativo da insuficiência de quorum para as duas reuniões. As atas foram submetidas à votação e foram devidamente aprovadas. O **Secretário Executivo Hélio Márcio** retomou a pauta das "comunicações" relatando o interesse da gestão em criar projetos, estudos, legislações, projetando uma apresentação onde resumidamente: iniciou com a solicitação de envolvimento e expertise do Conselho para avançar de forma colaborativa em temas cruciais para a política ambiental do município. Foi destacada a necessidade de iniciar um estudo sobre a criação da Lei de Pagamento por Serviços Ambientais, buscando um modelo eficaz para valorizar e incentivar a conservação dos recursos naturais, e a revisão da Lei de Arborização Urbana, com o objetivo de modernizar a legislação para uma arborização urbana mais eficiente e sustentável. Em seguida, a Secretaria abordou a priorização da proteção da biodiversidade, mencionando a importância de estabelecer critérios claros e responsáveis para a supressão de fragmentos florestais, com a criação da Lei de Supressão de Fragmentos, visando garantir a preservação da biodiversidade. Foram apresentados os avanços na revitalização da Lagoa de Imboassica, em parceria com o Nupem, e a intenção de firmar convênio para a execução do projeto, solicitando a colaboração dos Conselheiros, especialmente no que se refere ao canal do



Mulambo e à identificação de ligações clandestinas de esgoto. Adicionalmente, a Secretaria solicitou sugestões e contribuições dos Conselheiros para enriquecer e direcionar projetos como Selo Verde Macaé, Rios Vivos Macaé, Educação e Arte, Macaé Mais Verde, Coleta Seletiva, Licenciamento Simplificado e Junta de Infrações Ambientais (JIFA). A Secretaria também comunicou a intenção de investir na capacitação técnica dos servidores, analisando a possibilidade de enviar servidores para cursos sobre Políticas Públicas Ambientais e Mudanças Climáticas, e Licenciamento Ambiental (Licenciamento / Fiscalização / Competências). Por fim, foi mencionada a intenção de iniciar estudos em parceria com as universidades locais, visando montar uma pós-graduação (atualização) em Políticas Públicas Ambientais, Sustentabilidade e Resiliência Climáticas. A Secretaria de Meio Ambiente concluiu reforçando a importância da colaboração entre a Secretaria, o COMMADS e a comunidade para a construção de um futuro mais verde para Macaé, destacando que a união de esforços é fundamental para alcançar resultados significativos na proteção do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável do município. Falou necessidade de atualizações de algumas já existentes, referentes aos seguintes assuntos: **Lei de Pagamento de Serviços Ambientais**, a exemplo de experiência já implementada pelo Estado, **Lei de Arborização** que necessita de atualização, **Lei de Supressão de Fragmentos Florestais** que visa estabelecer critérios mais claros que sirvam ao propósito de preservar tais fragmentos, **Revitalização da Lagoa de Imboassica** em parceria com a UFRJ, através de convênio. Ainda sobre a Lagoa de Imboassica, explicou haver um desafio técnico em mapear os despejos de esgoto no Canal do Mulambo e que estão buscando apoio junto à universidade para buscar uma solução. Sobre projetos, citou e explicou sobre o **Selo Verde**, **Revitalização do Rio Macaé** que envolve uma relação de cobrança sobre a BRK, **Coleta Seletiva de Lixo** que passa pelo incentivo ao trabalho de cooperativas de catadores e o projeto de **Licenciamento Simplificado** sobre o qual apontou haver, como fato concreto e motivador da proposta, um número aproximado em torno de 10.000 estabelecimentos comerciais que deveriam ter licença ambiental mas não requerem, acrescentando haver uma percepção de que o município não tem "pernas" para atender. Citou experiências de cidades e estados como Sorocaba, Curitiba, Paraná, Florianópolis, entre outros, que adotam um modelo de licenciamento simplificado que a gestão quer trazer e adaptar para Macaé com a participação ativa do Conselho na proposta. Sobre a **Junta de Infrações Ambientais**, informou haver um passivo de 400 processos na Secretaria que a equipe não dá conta de julgar. Devido a isso afirmou ser importante repensar a forma de julgar estes processos, mudando o sistema, conferindo maior dinâmica. Chamou o Conselho a contribuir na reestruturação desse importante trabalho. Sobre o projeto de **Capacitação de Servidores**, que explicou ser, na verdade, uma intenção da gestão, informou haver um corpo técnico altamente capacitado na SEMAS mas que, devido a grandes mudanças tecnológicas e legais ocorridas nos últimos 5 anos, percebe-se a importância de se qualificar os servidores e os conselheiros em Políticas

Públicas Ambientais e Mudanças Climáticas, e Licenciamento, Fiscalização e Competência. Solicitou sugestões do Conselho para a escolha de cursos de Pós Graduação, em modalidade de atualização, com carga horária de 90 horas. Relatou que a gestão tem se reunido com universidades para a busca de opções.

TRIBUNA LIVRE

A **Conselheira Valéria Docilio** pediu a palavra, saudou o sr. Eduardo, presidente da Colônia de Pescadores, retomou e **pediu retorno sobre alguns temas importantes para o setor da pesca, já apresentadas em sessões anteriores do COMMADS para que entrassem na pauta, como a necessidade de retirada do pilar central da antiga ponte da Barra que atrapalha a passagem de algumas embarcações de pesca, a necessidade de realização de limpeza e dragagem do Rio Macaé e do Canal Macaé-Campos. Solicitou, também, que entrasse para a pauta da reunião de março, uma apresentação sobre o empreendimento da Equinor, para instalação de gasoduto em Macaé, e a reativação da Escola de Pescadores que funcionava no late Clube, na Barra. O Conselheiro Thiers Wilberger**, questionou o termo "ruído" empregado em relação a demonstração de apreensão de conselheiros sobre o anúncio de estudos para uma "Lei de Supressão de Fragmentos". Alertou para o fato de que a **Lei da Mata Atlântica** impede o desmatamento de fragmentos de Mata Atlântica em estado avançado de regeneração e em estágio primário. Ressaltou que a palavra "Supressão", presente na nomenclatura da Lei, significa destruir e que, se o sentido da legislação é de preservar, a palavra que deve constar na nomenclatura da Lei é "Preservação" e não "Supressão". Abordando a intenção da gestão em revitalizar a Lagoa de Imboassica, o conselheiro reforçou a **necessidade de tratar o esgoto do Canal do Mulambo e do bairro Imboassica**. Acrescentou que o presidente da associação de moradores do bairro já havia trazido essa informação sobre a falta de tratamento de esgoto da localidade. Se declarou satisfeito com a postura da gestão em trazer ideias de projetos para serem discutidos no Conselho, falou de sua formação e experiência em trabalho com projetos e relatou um histórico de tentativas de se trazer debates sobre projetos para o Conselho que foram frustradas. Solicitou que se resgate as sugestões feitas pelos conselheiros e que haja maior compromisso e diligência com as pautas trazidas pelos membros do colegiado. Expressou preocupação sobre o tema do Licenciamento Simplificado e afirmou se tratar de um debate importante. Pediu mais tempo de fala e o **Secretário Executivo Hélio Márcio** respondeu que haveria o tempo de fala reivindicado na Ordem do Dia. A **Conselheira Bernadete Vasconcellos** fez uma fala destacando que o conselho era composto por pessoas que trabalham para o conselho e por pessoas da sociedade civil que doam voluntariamente o seu tempo, que deixam os seus afazeres para colaborar com o COMMADS. Acrescentou que o debate e as deliberações são importantes e que se preocupa com uma dinâmica de não

permissão de uso da palavra por parte destes conselheiros que são quem recebem as demandas da população sobre o meio ambiente. Falou que o Instituto Visão Social atua em Macaé a mais de 20 anos. Disse que **o tempo dos 40 minutos iniciais utilizados pela Secretaria Executiva deveria ser melhor aproveitado para assuntos em pauta e para espaço de fala para os conselheiros. Disse que 1 minuto é um tempo muito curto.** Reclamou do que chamou ser uma condução rígida e autoritária. Ressaltou a corresponsabilidade de todos em relação às deliberações do COMMADS e os impactos dessas deliberações para a cidade e para as futuras gerações, podendo haver inclusive responsabilização judicial. Defendeu que o COMMADS seja um espaço onde a sociedade civil possa e deva falar. O **Secretário Executivo Hélio Márcio**, a título de registro, comunicou que a conselheira havia falado 2 minutos. Explicou que o tempo regimental para aquele momento da sessão era de 15 minutos e que, após a primeira rodada de inscrições para a fala e havendo ainda tempo disponível, este tempo seria devolvido para as intervenções dos conselheiros. Explicou que a intenção era a de garantir um espaço de fala igualitário para todos que quisessem falar. A **Conselheira Bernadete** questionou o fato de as comunicações do pequeno expediente terem se estendido por 40 minutos, configurando uma palestra que não estava na pauta. O **Presidente do Conselho Phelipe Smith** explicou que se tratou de uma apresentação inicial com o intuito de orientar a dinâmica do conselho para funcionar dentro dos termos regimentais. Garantiu que os conselheiros teriam os seus espaços de fala respeitados, que as propostas trazidas seriam debatidas, dentro das regras do regimento. Explicou que, da forma desordenada em que estava acontecendo o debate, as falas estavam tendo pouca efetividade e o trabalho da secretaria de levar as demandas do colegiado para o governo estava encontrando maior nível de dificuldade. Disse que o espaço é um primeiro contato da sociedade com o governo e que o governo precisa compreender as demandas de maneira organizada para que estas possam, de fato, sair dos limites do conselho. Declarou que o trabalho do Conselho não pode ser reduzido a 3 horas de reunião em que só se leia e debata sobre ata. O **Conselheiro Rodrigo Lemes** cumprimentou a todos e questionou sobre a função de Hélio Márcio na Secretaria, o que foi esclarecido na sequência, como sendo da equipe jurídica. Explicou que compreendeu a apresentação da pauta da Secretaria ao COMMADS como sendo uma proposta de agenda mínima de trabalho a ser organizada e distribuída pelas pautas das reuniões do COMMADS, pois cada tema precisaria de um espaço expressivo de tempo para ser adequadamente debatido. Explicou ainda que há temas que já estão sendo demandados há anos como o funcionamento da Câmara Técnica de Julgamento de Processos. Compartilhou o entendimento de que se faz necessário mudar a legislação para que haja mais tempo hábil para a avaliação destes processos pela Câmara Técnica e, subsequentemente, pela plenária do COMMADS. Resgatou que ao longo das gestões as decisões tomadas não prestigiaram a participação da sociedade, que pelo contrário, buscou cercear e silenciar a voz de conselheiros, o que contribuiu para a consolidação de uma



postura de certa resistência por parte da sociedade nos colegiados de gestão. Disse que esta situação pode ser superada com trabalho, parabenizou a equipe da secretaria pela apresentação da agenda de trabalho, que considerou ousada, e conclamou o colegiado a partir em busca de sua realização. Acrescentou, sobre a temática da **gestão de resíduos e o fortalecimento das cooperativas**, que já trouxe para o colegiado a discussão sobre a **problemática do contrato montado pela Secretaria**, que essas discussões importantes têm que ter começo no COMMADS, gerando resoluções. Reforçou que o Conselho tem capacidade à altura destes desafios. Passando ao **tema da Lagoa de Imboassica**, disse acompanhar os debates a respeito deste tema há mais de 2 anos, que há uma grande expectativa sobre a participação do NUPEM na apresentação de soluções para a Lagoa, mas que é impossível isso ocorrer em um curto prazo, que com a abertura desta pauta através do COMMADS é importante **agendar adequadamente para que se possa trazer para o debate especialistas e responsáveis diretamente envolvidos com o projeto**. Informou sobre as **produções da Câmara Técnica de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos que têm sido direcionadas justamente para definir o que seja o conceito de “Espaços Territoriais Especialmente Protegidos”**, termo previsto na Lei Orgânica do Município mas, praticamente, sem referência em qualquer outra legislação, o que demanda um trabalho técnico de elaboração de uma resolução com a definição deste conceito, objetivo a que a Câmara Técnica pretende chegar após 1 ano de debate sobre o assunto. Disse ter mais assuntos importantes para trazer, mas que, pelo esgotamento do tempo disponibilizado, aguardará a próxima oportunidade de fala. O **Conselheiro Leonardo Machado** considerou salutar os temas propostos pela gestão. Citou o artigo 35 do regimento, que aborda sobre a implementação das Câmaras Técnicas, lembrando que, no momento, apenas 2 Câmaras Técnicas encontravam-se em funcionamento, e que se fazia necessário **implementar mais Câmaras Técnicas para subsidiarem e iniciarem os debates sobre os temas propostos** pela gestão. O **Conselheiro Rodrigo Lemes** retomou a fala para chamar a atenção dos conselheiros para o fato, que ao seu ver é muito importante, de as falas do Presidente do conselho e do Secretário Executivo terem sinalizado a possibilidade de uma **maior abertura à participação do COMMADS na gestão, inclusive no processo de licenciamento**, participação essa que o conselheiro alegou ter sido reivindicada desde há muitas gestões, tendo, inclusive, sido motivo de algumas discussões entre o conselheiro e secretários anteriores que negaram, sistematicamente, essa abertura. Disse ser plenamente possível adotar essa medida de gestão democrática e argumentou que essa medida conferiria mais transparência e legitimidade ao processo. Acrescentou que, já que havia uma proposta de tornar o processo de **licenciamento mais célere** podia-se também torna-lo **mais transparente**. O **Secretário Executivo Hélio Márcio** solicitou que o Conselheiro Leonardo Machado redigisse a sua solicitação de criação de Câmaras Técnicas para subsidiar os debates sobre a agenda proposta e encaminhasse para a mesa para ser incluída e votada na

Ordem do Dia. Anunciou o fim do pequeno expediente e início do grande expediente, chamando o representante da Tractebel, sr. Guilherme, para apresentar o trabalho de elaboração dos planos de manejos do Parque do Barreto e APA do Arquipélago de Santana. Com a palavra, sr. **Guilherme** informou que o objetivo era apresentar o diagnóstico preliminar resultante do processo que envolveu a realização de oficinas no Nupem, Iate Clube e Colônia Z3. Reforçou que era preliminar porque não estava finalizado e havia muita coisa a ser incluído. Disse que o documento ficaria disponível *online*, aberto às contribuições do conselho e que ainda havia atividades de campo a serem realizadas. Sobre as etapas e fases do processo explicou que, superada a elaboração do Plano de Trabalho, seguiu-se para a fase de coleta e organização de dados secundários para formar um banco de dados que será disponibilizado junto com o Plano de Manejo de cada Unidade de Conservação - UC e que continuará sendo alimentado com novos dados e publicações para futuras consultas. Destacou que a fase atual era a de apresentação pública do diagnóstico ambiental e socioeconômico realizado sobre as duas unidades de conservação – UCs, que incluem, além dos aspectos socioeconômicos, os aspectos físicos e biológicos, gerando dois guias de participantes. Continuou explicando que esses diagnósticos foram instruídos pelas oficinas realizadas em agosto passado, levantamentos de campo realizados em dezembro, com nova etapa prevista para abril para abranger o período de seca. Frisou que os diagnósticos e guias estão em processo constante de elaboração e que os guias serviriam ao propósito de orientar a participação da sociedade nas oficinas previstas para acontecerem no final de março, em dois dias por cada Unidade de Conservação. Ilustrou que o ICMBio pratica até 5 dias por Unidade de Conservação, dependendo do caso. Falou que, paralelamente, acontecerão os processos de zoneamento e normas e os processos de elaboração dos programas setoriais estratégicos com participação da sociedade e da academia, da Fiperj e INEA. Disse que todas essas etapas estão sendo executadas concomitantemente e a intenção é que tudo seja entregue até o início de junho para a finalização do Plano de Manejo, que estão correndo para isso. Disse que os levantamentos estão constituindo documentos extensos que darão suporte ao zoneamento e a regimentos específicos do Plano de Manejo que terão aspecto mais resumido. Sobre a segunda metade do Plano de Manejo, expôs que será constituído majoritariamente de tópicos referentes ao zoneamento. Disse que a coleta de dados secundários se baseia em tudo o que há de publicado cientificamente e oficialmente, e que a bibliografia é vasta. Falou das datas de realização das oficinas e que estas buscaram o compartilhamento de conhecimento e saberes pessoais e coletivos sobre as potencialidades e ameaças relativas às unidades de conservação. Mostrou um mapa, elaborado a partir de geoprocessamento e das informações das oficinas, frisando que ele seria disponibilizado junto com o diagnóstico, em que foram incluídas as ameaças e potencialidades existentes nas unidades de conservação. Sobre os levantamentos primários disse que foram realizadas visitas a trilhas, foram verificados os atrativos, o estado de conservação, aspectos da flora, as



estruturas existentes, os registros do seu entorno, impactos e ameaças. Constatou ser o momento de começar a falar do zoneamento, das lacunas de conhecimento, da proposição de novos estudos de preservação que farão parte da oficina de planejamento. Resgatou a informação de que o a UC Arquipélago de Santana foi regulamentado pelo Decreto nº 018/2011, que a área de APA era, inicialmente, de um raio de 16 km mas, com essa regulamentação, se tornou 4 km, que é formada pelas ilhas de Santana, Francês, Ponta das Cavalas, Cavalas e Ilhote do Sul. Se propôs a falar, em linhas gerais, sobre o diagnóstico que se encontrava, atualmente, em cerca de 120 páginas de documento, constituindo um documento bem vasto, que se encontrava em fase de revisão interna pelo GTA, Grupo Técnico de Acompanhamento, e por alguns colaboradores específicos e especialistas. Falou que assim que essas revisões fossem incorporadas, e salientou que não demoraria, seria disponibilizado, via Secretaria, um link de acesso ao documento, para que os conselheiros tivessem tempo para ler e dar a sua contribuição. Ressalvou que são dois documentos extensos, que acredita que nem todos sejam especialistas nos temas abordados, mas, ainda assim, a intenção era a de que todos pudessem colaborar para reduzir lacunas do documento para, posteriormente, utilizá-lo na oficina de planejamento e encaminhar para a publicação final. Seguiu, citando o fato da Ilha de Santana ser de responsabilidade da Marinha e que isto deve ser considerado para o processo de zoneamento, citou também a presença de sambaquis no arquipélago, com estudos datados da década de 80, e a possibilidade de haverem outros espalhados pela ilha, com riscos de terem sido saqueados e se perdido em alguma medida. Pontuou ser um ponto importante a se trabalhar, que as informações ainda são restritas a esta tese de doutorado da década de 80 de uma professora da UFRJ que acredita ainda estar na ativa. Citou a importância do envolvimento do IPHAN nesse tema. Destacou que outro ponto importante é a visita à Ilha do Francês por turistas e pescadores sem qualquer tipo de controle de visita e estrutura de apoio. Questionou sobre a capacidade de carga em função, inclusive, da estrutura de apoio disponível. A título de outra informação importante levantada, citou uma atividade noticiada em 2024, que faz parte do calendário oficial da Prefeitura, constituída em um torneio de jet-ski no entorno da Ilha do Francês. Destacou que os potenciais riscos inerentes a este tipo de evento e os usos humanos da Ilha do Francês são pautas importantes para o COMMADS e para a Oficina de Planejamento. Relatou que identificaram que o Ilhote Sul é pouco frequentado em função de suas características topográficas e de acesso, mas, mesmo assim, fará parte do zoneamento. Sobre pontos e atividades explicou que Cavalas está identificada como localidade para pesca artesanal de subsistência e comércio, Barro Vermelho para pesca de lagostas e mariscos, Praia do Francês para uso turístico e de descanso dos pescadores, Galetas para turismo ecológico, trilhas e apoio a pescadores, Ilhote Sul para pesca comercial de lagostas. Sobre a pesca e o turismo explicou que a pesca artesanal acontece de novembro a março, com métodos sustentáveis, enquanto o turismo possui sua alta temporada situada no verão, com



foco em ecoturismo e lazer. Disse que há um profissional da FIPERJ envolvido nesse tema e que o mesmo deverá passar por maior aprofundamento. Disse que as principais técnicas de pesca utilizadas constam no documento técnico da FIPERJ que, em linhas gerais, indica bastante presença da atividade de pesca no entorno do Arquipélago, tanto da industrial quanto da amadora, constituindo uma importante fonte de recursos para o Município e, talvez, para o Estado. Apontou que o relatado já demonstra potencialidades significativas do Arquipélago de Santana que são divulgadas de forma descontrolada pelas redes sociais. Falou da pesca, do mergulho e da contemplação. Citou o Farol da Ilha de Santana como outro importante atrativo histórico com mais de 100 anos, constituindo grande potencial turístico, porém atualmente com acesso restrito. Deu o seu relato pessoal de que nunca havia visitado um farol em sua vida, que considerou muito interessante e que, conversando com moradores de Macaé, constatou que muitos também não o conheciam devido a dificuldade de acesso, ter pouca disponibilidade de embarcações, pontos de apoios necessários, pontos adequados de desembarque e devido às restrições estabelecidas pela Marinha. Mostrou imagens de sua visita ao Farol, com acompanhamento de um oficial da marinha, onde constatou haver poucas trilhas mapeadas, havendo uma que dá acesso a um lago, a uma rocha e a algumas vistas de ângulos diferentes do continente. A principal trilha, segundo o seu relato e com base nas informações passadas pelo oficial da marinha, é uma trilha de manutenção do farol, antiga, que precisa ser constantemente cuidada por eles e que possui nível de complexidade média a alta, não sendo apropriada para crianças e pessoas com alguma dificuldade para locomoção. Outro item identificado no diagnóstico participativo, segundo o palestrante, são as práticas religiosas, havendo imagens religiosas estabelecidas nas ilhas do Francês e Santana. Como principais ameaças e impactos, identificou-se a proximidade de rotas de grandes embarcações, a proximidade de área de deposição de material dragado do Porto da Petrobras na Imbetiba, que possui prazo de realização estabelecido em licenciamento. Disse não saber a periodicidade desta atividade e se já havia findado o prazo para a realização da mesma, demandando alguma renovação que acredita ter que acontecer constantemente. Continuou e reforçou os pontos críticos da carência total de estrutura de recepção de visitantes e turistas, sendo identificada, na localidade, uma única lata de lixo. Alertou para o fato de haver muito lixo na Ilha de Santana, mesmo não havendo visitaçãõ permitida, e atribuiu como origem de boa parte dos resíduos, a cidade de Macaé, sendo trazidos pelas correntes marítimas. Entretanto, salientou que uma parte dos resíduos indicava uma origem interna, de visitantes ou dos oficiais da marinha, sem poder afirmar. Disse que também foi identificado como ponto importante para o estabelecimento de programas estratégicos a prática de pichaçãõ das rochas e costões rochosos das ilhas, tendo sido usado como fonte o *site* da Prefeitura, contendo notícias de realizaçãõ de limpeza no arquipélago, incluindo o apagamento das pichações. Sinalizou também para a problemática da presença de animais e plantas exóticas na Ilha de Santana. Citou as castanheiras ou amendoeiras, plantaçãõ de espinafre e presença



de um casal de cães cuidados e utilizados pelos oficiais como forma de alarme. Continuando o relato, descreveu que em inspeção noturna à mata da ilha detectaram a presença de roedores chamados localmente de neve ou coelho. Presenciaram duas ocorrências dos cães atacando os coelhos, conseguindo-se o registro de uma das ocorrências em que se verificou que um dos cães matou e não comeu o roedor. Afirmou terem constatado, visualmente, haver uma população grande desse animal exótico na ilha. Comentou que a presença dos cães acaba constituindo uma forma de controle da população dos coelhos. Acrescentou que também detectaram, através de câmeras trap, à noite, a presença, em grandes quantidades, de ratos não silvestres e, pessoalmente constatou a presença do mico sagui. Disse que receberam relatos sobre a presença de gatos na Ilha, especialmente na década de 90, que não obtiveram ainda provas desta presença, mas que ainda retornariam com as câmeras para obterem mais registros na tentativa de detectar a presença deste animal. Mostrou fotos da erosão natural, resquícios de fogueira, a citada lata de lixo. Mostrou registros da proximidade das embarcações de turistas e de pesca, sem pontos apropriados para desembarque, descrevendo que, no dia do registro, o mar estava um pouco agitado. Explicou ter notado que o embarque e desembarque é mais fácil na Ilha do Francês e mais difícil na de Santana. Explicitou a experiência difícil de embarcar à noite, na Ilha de Santana, com mar agitado, após a realização da expedição. Apontou o fato já conhecido do Arquipélago de Santana ser um local de reprodução de aves, que os locais de reprodução das aves possuem acesso fácil, inclusive estando próximos às trilhas, constituindo um grande problema. Mostrou mais detalhadamente os registros da erosão natural que ocorre na ilha, historicamente e que ocorrerá por milhares de anos, havendo uma tendência, apontada por pesquisa, de que a ilha de divida no sentido longitudinal, de fora a fora e de frente para trás, criando riscos de desmoronamento, segundo disse, se constituindo como um ponto de atenção. Reforçou a necessidade de realização de estudos atualizados do potencial arqueológico, físico e biótico, dos impactos do turismo, da geração de lixo, da dragagem da Imbetiba e da poluição do Rio Macaé que possuem influência direta e indireta sobre a APA do Arquipélago de Santana. Como demandas identificáveis citou o controle de desembarques e abordou um início de regramento estabelecido pela Secretaria de Meio Ambiente, que estabelece procedimento de autorização para visitas ao arquipélago, mas que não tem sido cumprido atualmente, permanecendo uma situação de descontrole. Portanto, alegou ser uma demanda concreta a efetiva regulamentação destes acessos. Outra questão que apontou como necessária para aprofundamento é a de **empreendimentos licenciáveis e com potenciais impactos em um contexto de ausência de regras sobre essas áreas relevantes** que permite que tudo aconteça de forma irregular, sem controle mínimo, sem fiscalização eficiente, tanto da Marinha quanto da Guarda dentre outras. Mostrou um mapa com dados extraídos do Estudo de Impacto Ambiental – EIA, da Petrobras, emitido pelo INEA, sobre o processo de lançamento do material dragado, onde fica demonstrado o polígono onde ocorre a **dragagem e a área de**

lançamento do material dragado, bastante próximo, com uma distância de cerca de 100 metros da APA do Arquipélago. Sobre o processo de construção do Plano de Manejo do Parque do Barreto, disse que tentaria ser mais sucinto devido ao pouco tempo restante, que a UC foi criada pelo Decreto 139/2016, é localizada em área urbana, tem o objetivo de preservar e recuperar a cobertura vegetal nativa do ecossistema natural remanescente de restinga de praia, a biodiversidade, as espécies endêmicas raras ou ameaçadas de flora e fauna. Mostrou o registro de visitação à restinga, as condições da sede que possui acesso pela rodovia, que se encontra em processo de reforma pela Prefeitura, que acredita que esteja em fase de finalização, e que possui dois pavimentos, salas, banheiros, copa e varanda, que se trata de uma casa antiga da Associação do Incra, que há uma estrutura degradada de piscina que precisa ser aterrada, como parte de um processo que almeje criar uma sede realmente adequada a uma Unidade de Conservação, resgatando a sua vocação de realizar educação ambiental com os alunos do município, atividade esta que se encerrou na pandemia e não retornou até hoje. Pontuou que um dos objetivos do Plano de Manejo é cooperar com a estrutura existente e que a intenção é que a sede sirva como estrutura à Guarda Ambiental e ao Parque Municipal do Barreto. Falou das delimitações da área que faz vizinhança com a orla do Bar do Côco que recebeu uma reforma de melhoria com quiosque, água, academia ao ar livre, estacionamento e bicicletário, que outros limites da área fazem fronteira com o mar, residências que serão mostradas em mapa atualizado, e a rodovia RJ 106 que tem previsão de duplicação. Informou que na vistoria realizada detectaram áreas utilizadas para acampamento, para fogueira ou churrasco, espaço para prática de *cross fit* com presença de pneus e muito acúmulo de lixo, vindo pelo mar e jogado propositalmente. Foi enfático ao se referir a quantidade de lixo, entulhos, roupas, sapatos, fezes: “ao longo de toda a Restinga do Barreto, muito lixo!”. Relatou que o acesso é descontrolado, que há várias trilhas na restinga que dão acesso à rodovia, que há também trechos utilizados como banheiro, com forte odor de fezes humanas, que há fluxo de carros em algumas destas trilhas que vão até a beira da praia, inclusive à noite, o que causou certo receio à equipe de trabalho, pela falta de segurança, que no dia em que realizaram essa visitação à noite não havia presença da Guarda Ambiental, que tiveram que se retirar às pressas. Relatou aspecto de abandono das estruturas citando o viveiro, o bebedouro, o campo de areia e o mirante que descreveu como uma casinha de madeira que permite realizar observações por cima das copas das árvores, o que opinou como sendo uma proposta interessante e compatível com o propósito de educação ambiental na UC. Ressaltou a importância de investimento para a restauração destas estruturas. Mostrou o mapa do adensamento populacional do entorno do Parque, evidenciando ser uma área bastante populosa. Destacou haver presença de infraestrutura mínima nas proximidades do Parque, como pontos de ônibus e citou a presença de grandes supermercados. Explicou que, segundo o zoneamento constante do Plano Diretor de Macaé, a área é uma zona de ocupação mista que permite tanto ocupação comercial quanto residencial.



Citou trecho em que a Prefeitura instalou estruturas para interromper o trânsito de veículos, mas que, entretanto, as pessoas estão burlando estas estruturas e fazendo, por conta própria, acessos a veículos. Apontou que isso está adensando o trânsito na localidade, que isto é um ponto importante a ser discutido na Oficina de Planejamento, sobre a eficiência das medidas adotadas e importância de uma maior atuação da fiscalização na área para minimizar estes problemas, além da implementação de processos de restauração e reflorestamento em alguma dessas áreas. Chamou a atenção para o fato de que é difícil um processo de recuperação de restinga sem um manejo adequado. Apontou as delimitações da área pelas faixas de domínio do DNIT, da companhia de energia elétrica e de loteamento do bairro Lagomar, com residências, oficinas mecânicas dentre outros empreendimentos. Falou de forma geral e sem detalhar, da flora e da fauna, explicando que ainda fariam um trabalho mais aprofundado, disse que há muitas espécies invasoras e que identificaram grande quantidade de caramujo africano. Sobre as ameaças e impactos registrados voltou a citar o uso da localidade como bota fora, com grande presença de lixo trazido por humanos, o excesso de trilhas desordenadas acentuando a fragmentação da cobertura vegetal. Disse que era isso o que tinha para apresentar até o momento e repetiu que tudo seria disponibilizado e revisado para a produção do documento final. Lembrou que seriam disponibilizados os guias dos participantes para nortear a participação na Oficina de Planejamento. Citou os nomes das entidades e instituições participantes do processo, pedindo desculpas por eventuais ausências de nomes e dizendo que a relação de nomes seria atualizada. Dentre os nomes destacou o NUPEM/UFRJ, a UERJ, a FIPERJ, o INEA, a Secretaria de Pesca, associações de pescadores e ONGs. Disse que fizeram os diagnósticos para as UCs mas que, considerava mais importante terem realizado uma avaliação do processo de gestão, que considerava mais importante do que identificar espécies de fauna na UC, criar subsídios para que o Plano de Manejo entre em vigor, que seja um documento funcional para a gestão ambiental. Apresentou os valores arrecadados e investidos em gestão ambiental no município de Macaé, evidenciando a proporção de 0,5 % do orçamento de 2024 para o meio ambiente. Encerrou a sua apresentação. O **Secretário Executivo Hélio Márcio** informou que a palavra seria franqueada aos conselheiros e que não haveria apresentação do relatório da Câmara Técnica de Julgamentos porque a relatora teve problemas de ordem pessoal e não pôde comparecer ao Conselho. A **Conselheira Valéria Docílio** questionou um *slide* que tratava do perfil e práticas da pesca no Arquipélago de Santana e mostrava cavalos. Foi esclarecido que houve um erro no título do *slide* que deveria se referir a impactos na restinga. A conselheira reforçou que o acúmulo de lixo e presença de cavalos, dentre outros indicadores de impacto na restinga, não possuía nenhuma relação com a pesca artesanal e que a questão de animais tinha mais relação com os fazendeiros locais. Foram feitas ressalvas de que os animais também poderiam pertencer a carroceiros. A Conselheira solicitou a correção do *slide* para evitar que haja confusão na transmissão destas informações. O **sr. Guilherme** explicou que o

setor de pesca sempre foi devidamente valorizado no processo de elaboração do Plano de Manejo e que o ocorrido se tratava de um lapso que seria corrigido. O **sr. Eduardo, Presidente da Colônia de Pescadores Z3 de Macaé**, apresentou dúvidas sobre a área de 4 km ao redor do Arquipélago, questionando se a pesca seria proibida dentro desta área. Questionou também a citação de "pesca industrial" no documento, reforçando que a pesca preponderante em Macaé era a "artesanal". Afirmou que não há pesca industrial em Macaé. Apresentou também suas preocupações sobre os passeios para a ilha. Disse que, há pouco, estava em reunião com o Secretario de Pesca de Macaé e o assunto entre eles foi a quantidade de pessoas que estão frequentando a Ilha do Francês. Esclareceu que essa fiscalização não cabe à Secretaria de Pesca, nem à Colônia e nem a Associação de Pescadores mas, sim, a Marinha do Brasil, Capitania dos Portos de Macaé que, infelizmente, começa a funcionar 08:30 da manhã enquanto as embarcações já saem em direção à Ilha bem mais cedo e lotadas de gente. Disse já ter testemunhado situações de embarcações com quantidade de pessoas muito além dos limites de capacidade de suporte, sem uso de colete. Frisou que a volta apresenta ainda mais risco devido ao consumo de álcool ao longo do dia. Disse que estavam preparando uma reunião com as pessoas que estavam organizando estes passeios para a Ilha para alertar quanto aos riscos de acidentes, chamar à responsabilidade, que não podia haver preocupação apenas com a parte financeira, que o mais importante era a vida. Abordou também a questão da **dragagem na Imbetiba**, relatando que havia uma briga antiga entre os pescadores e a empresa prestadora do serviço, inclusive com encaminhamento ao Ministério Público, devido ao fato de a **licença expedida pelo INEA se referir à retirada de areia e o que se retira ser argila, em grandes quantidades, que é jogada em cima do Pesqueiro da Buraca que possui uma quantidade imensa de camarão, causando prejuízos à sua reprodução, caracterizando crime ambiental gravíssimo**. O **sr. Guilherme da Tractebel** respondeu que os usos permitidos dentro da área de 4 km da APA do Arquipélago de Santana seriam aprofundados dentro da Oficina de Planejamento, que a UC permitia usos sustentáveis e a pesca é uma atividade permitida, talvez com restrições, a depender das discussões da sociedade na oficina, que definirá o que será permitido e o que não será permitido. O **Conselheiro Rodrigo Lemes** considerou o diagnóstico negativo, não em seu conteúdo, mas no que foi mostrado em termos de problemas. Se declarou muito sensibilizado por possuir grande envolvimento com aquela área de restinga. Disse que parte das estruturas mostradas foram construídas com mãos e recursos de alunos da UFRJ. Que os pilares da torre de observação foram erguidos com "suor e lágrimas". Relatou que ali foram realizados abraços, mutirões, pesquisas e publicações. Apesar do impacto sofrido, disse compreender que era momento de colocar os problemas em uma plataforma para se poder fazer o zoneamento. Disse ser muito importante que as demandas trazidas pelo sr. Eduardo da Colônia de Pescadores e pelo Conselheiro Thiérs sejam colocadas nas oficinas e incorporadas ao zoneamento. Explanou que a área do Parque

Natural Municipal Restinga do Barreto, apesar de pequena, apresenta diversos problemas, entre eles: trilha. Porque as pessoas querem chegar à praia e vão abrir caminho no meio da vegetação para acessar, criando diversos caminhos. Destacou que os problemas da área próxima ao Bar do Côco se diferenciam dos problemas presentes na área próxima aos Correios e da área onde existe a sede. Disse a área da sede é maravilhosa. Disse que um ponto de preocupação que considera mais grave é que, **na Restinga do Barreto, perto da sede, tem uma Mata Seca de Restinga, de Beira de Praia**. Afirmou que quando a empresa fizer o levantamento da flora vai encontrar essa Mata Seca. Disse que essa vegetação não tem ocorrência comum na região, que conhece o Parque de Jurubatiba todo e só tem uma Mata Úmida Pós Praia, garantiu que não tem Mata Seca Pós Praia. Fez um questionamento retórico sobre o porquê daquela Mata Seca estar ali na Restinga do Barreto. Explicou que chegando à praia, próximo à sede, depois do cômodo principal, que está sendo erodido pelo mar, emerge um fundo de lagoa argiloso que passa por toda a restinga do Barreto e abrange todo o entorno do Atacadão, indicando uma grande área de uma antiga lagoa. Alegou que, a título de exemplo, se forem depositados tubos contaminados com óleo no entorno do Atacadão, esse óleo vai passar por baixo da restinga e sair na praia devido ao fundo de lagoa emergindo no ponto de erosão. Por isso, **defendeu que haja uma preocupação com o entorno, com a zona de amortecimento**. Voltando à questão da Mata Seca de Restinga, elucidou que ela está ali porque o fundo é impermeabilizado, porque aquela areia guarda água e essa água permitiu o crescimento de uma Floresta Seca na beira de praia, inclusive com uma população de orquídeas africanas introduzidas. Enfatizou ser importante observar essa ocorrência de uma Floresta Seca em um fundo impermeabilizado de uma antiga lagoa, além das maravilhosas espécies daquela restinga que são extremamente representativas da flora nativa e o primeiro inseto a entrar na lista de espécies ameaçadas que é a **borboleta *Parides Ascanius***, que pode ser encontrada e fotografada a qualquer momento em que se visitar a restinga. O **Conselheiro Thiérs** reforçou a importância de se dar atenção à zona de amortecimento que envolve os hábitos e usos do território, especialmente em relação ao Arquipélago de Santana. **Chamou a atenção para a existência de espécies ameaçadas pouco presentes nos levantamentos devido a esforços amostrais pequenos**, seja por limitação de recursos ou de tempo. **Pediu uma apresentação mais detalhada dos diagnósticos, do esforço amostral e das análises estatísticas para uma melhor apreciação do trabalho pelo Conselho**. Reforçou que há muitas espécies ameaçadas na restinga do Barreto e na APA do Arquipélago de Santana, que há muitos estudos que demonstram isso, inclusive **os estudos do NUPEM, estudos estes que defendeu que fossem agregados à bibliografia de pesquisa para o trabalho do diagnóstico**. Destacou que a maioria dos estudos das empresas não agregam os estudos do NUPEM, realizados na região, para ocultar informações que entendem que podem criar obstáculos aos interesses do empreendimento. **Citou o ratinho Goitacá e a borboleta da praia**, dentre outros. Sobre o

A

levantamento marinho alegou ser ainda mais difícil obter uma amostragem significativa, levantar as espécies do entorno das ilhas. Ainda assim, **defendeu que existem espécies ameaçadas de corais, de peixes raros que não podem ficar de fora do Plano de Manejo**, porque, para se manejar, é preciso saber o que se tem e o quanto se tem. Ilustrou que isso ajuda na tomada de decisão sobre permitir que os pescadores artesanais e amadores acessem determinadas áreas de mar ou de praia por determinados períodos. A **Conselheira Jane da Conceição** parabenizou ao representante do setor da pesca e reforçou o convite para que participe do processo de construção do Plano de Manejo. Lembrou da intensa participação nas oficinas e no Conselho, às vezes reclamando, e destacou a importância da participação do NUPEM devido a todo o conhecimento produzido. Mas fez uma defesa de também se registre e cite a participação da sociedade civil. O **sr. Guilherme** assentiu em agregar mais nomes das entidades, inclusive das participações individuais, como colaboradores do processo. O **Conselheiro Leonardo Machado** protestou sobre o fato de **uma cidade que se propõe a ser sustentável e viável no futuro, gastar apenas 0,5% do orçamento de 18 bilhões em meio ambiente**. Disse que isso não bate com a expectativa dos ambientalistas e conselheiros, que não é compatível com uma gestão ambiental à altura do enfrentamento dos desafios colocados. **Disse ser necessário trabalhar a necessidade de mudança dessa situação junto aos vereadores**. O **Secretário Executivo Hélio Márcio** disse que, em consonância com as ressalvas e cobranças realizadas pelo Conselheiro Thiérs, sobre **insuficiência no levantamento de espécies ameaçadas** e, também, com a posição da equipe técnica da própria Secretaria, explicitada de forma incisiva em reunião *online* com a Petrobras, a Secretaria está se prontificando a realizar diligência ao Ministério Público, caso o processo de produção do Plano de Manejo não evolua em sua qualidade de trabalho. Expressou que **há uma insatisfação com o trabalho realizado até o momento**. Esclareceu que não se tratava ser uma opinião sua e nem do gestor, que se tratava de uma opinião de toda a equipe técnica. Relatou que a impressão que se estava transmitindo era a de que o sr. Guilherme estava realizando todo o trabalho do Plano de Manejo sozinho. Destacou que a complexidade do trabalho de elaboração de um Plano de Manejo demanda uma contribuição empenhada de uma equipe técnica multidisciplinar. Por isso, **comunicou que a Secretaria estaria expedindo um ofício para a empresa buscando informações sobre a formação dos profissionais envolvidos, a prova de atuação destes profissionais no processo do Plano de Manejo e a prova de capacidade técnica da empresa para este tipo de atividade**. Sugere que o Conselheiro Thiérs assuma a proposta de encaminhar, para aprovação na Ordem do Dia, esta solicitação expedição de ofício solicitando estas informações da empresa. O **Conselheiro Thiérs** assumiu e pediu o encaminhamento da proposta. A **Conselheira Valéria Docílio** perguntou se havia menção, no processo, da implantação do Gasoduto Cabiúnas Rota 2. O **Secretário Executivo Hélio Márcio** disse que este foi o empreendimento que deu origem ao TAC que estabeleceu a

GA

necessidade de elaboração dos planos de manejo. A **Conselheira Valéria Docílio** explicou que os gasodutos vão passar por uma revisão e renovação de licença e irão para novos empreendimentos. Ressaltou a importância de acompanhar esse processo. O **Presidente do Conselho Phelipe Smith** esclareceu que a fala do Secretário Executivo Hélio Márcio não é dirigida ao sr. Guilherme, que sempre demonstrou muita presteza e disponibilidade, mas ao fato dele se encontrar sozinho para fazer um trabalho que era para ser feito por uma equipe. **Pontuou que a cobrança era para que houvesse, de fato, um envolvimento mais direto desta equipe técnica com o trabalho.** O **Conselheiro Thiérs** salientou que, a título de exemplo, pelas normas técnicas, o profissional que vai levantar os aspectos relativos à flora precisa ser um botânico que precisa atestar que possui capacidade técnica para fazer o trabalho. O **Secretário Executivo Hélio Márcio** comentou que a equipe técnica da Secretaria não conseguiu ter acesso a nenhum outro profissional especialista da empresa, apenas com o Guilherme. Encerrado o Grande Expediente passou-se à **Ordem do Dia**, Regularização da Grade de Conselheiros e Aprovação do Calendário. A **Secretária Geral Monique Franco** comunicou que ainda haviam 2 vagas para associações de moradores, 1 vaga para entidade pesqueira, 1 vaga para sindicato e 1 vaga para instituição técnica. Informou que foi recebido um ofício pedindo o desligamento da UENF, abrindo-se a vaga para o setor. Explicou que o representante que foi desligado fazia parte de uma Câmara Técnica e que isso afetava o andamento dos trabalhos. Reforçou as justificativas pela ausência da Conselheira Milena, que apresentaria o relatório do trabalho da Câmara Técnica de Julgamento de Processos e convidou os conselheiros para que se prontificassem para ocupar a vaga aberta na Câmara Técnica da qual saiu o representante da UENF. O **Conselheiro Thiérs** se ofereceu para ocupar a vaga disponibilizada. A **Secretária Geral Monique Franco** informou a renovação das indicações de representantes da Secretaria de Obras e de Meio Ambiente. Como representantes da Secretaria de Ambiente, no lugar de Romero, foi indicada a Sr.^a Júlia Holst. Como representante titular da Secretaria de Obras foi indicada a Sr.^a Sílvia Raquel de Oliveira e, como suplente, a Sr.^a Cristiane de Souza Dutra. A **Secretária Geral** disse que ainda estava aguardando o envio dos dados de contato dos novos conselheiros. apresentou a proposta de calendário de reuniões com as seguintes datas: **31/03; 28/04; 26/05; 30/06; 28/07; 25/08; 29/09; 27/10; 24/11 e 22/12.** O **Conselheiro Rodrigo Lemes** propôs que a reunião de dezembro fosse realizada no dia **15**. A proposta foi aceita por unanimidade. A **Conselheira Gabriela Certório** propôs antecipar a reunião de julho devido ao aniversário da cidade ser no dia 29. Foi proposto o dia **21** e a proposta foi aprovada por unanimidade. **O calendário aprovado ficou com os seguintes dias de reunião: 31/03; 28/04; 26/05; 30/06; 21/07; 25/08; 29/09; 27/10; 24/11 e 15/12.** A **Secretária Geral** informou que enviaria o calendário formalizado para os conselheiros. Passando-se ao tempo reservado aos **Informes Gerais**, a palavra passou para a **Conselheira Jane da Conceição** que falou da garra necessária para ser ativista pela causa ambiental e suportar determinadas ações contrárias à população. Pediu



a disponibilização dos contatos da Secretaria de Meio Ambiente, disse que alguns conselhos possuem grupo de whatsapp e que o COMMADS poderia ter algum canal. Perguntou ao Secretário de Meio Ambiente o porquê do Parque Atalaia estar fechado. Disse que também atua no Conselho da Cidade e que muito do que acontecia lá havia sido inspirado pelo COMMADS, colegiado em que guardava orgulho em atuar. Se apresentou como defensora e idealizadora do projeto SOS Escola Vivendo a Céu Aberto Corujas Buraqueiras da Praia Campista e, também, como integrante do NEA-BC. Informou que passou a integrar a Câmara Técnica do Geo Parque e que esta CT se relacionava com as corujas, com a Ilha de Santana e com tudo do meio ambiente que, também engloba pessoas. Defendeu um Conselho de Meio Ambiente acolhedor, com voz pacífica, onde se possa ser escutado e ter acesso aos documentos gerados. Deseja que se possa ver resultados pelo trabalho, que se possa parabenizar o governo, enquanto parte da população que deseja continuar a viver no planeta. Citou a mudança do clima enfatizando ser uma realidade. Informou que a Cíntia também faz parte da Câmara Técnica de Turismo e Comunicação. Citou que foi construído um parque em cima das corujas e que não foi à toa que entro na Câmara Técnica, que teve muita luta e trabalho. Agradeceu. O **Conselheiro Thiérs** deu as boas vindas aos novos integrantes do Conselho e **perguntou quando haveria a eleição para a vice presidência. Pediu que a eleição fosse colocada em pauta**, que estavam todos com bastante disposição para ajudar. **Questionou sobre a paridade do Conselho, alegando que o desfalque de representação da sociedade civil e a quantidade de representantes do governo causavam um desequilíbrio.** Exemplificou que, em algumas votações, às vezes, participavam 4 representantes da sociedade e mais de 15 representantes do poder público. Pediu que se adotasse um método para igualar o peso destes setores na hora das votações, que a forma atual não era muito justa. A **Conselheira Bernadete Vasconcellos** fez o uso da palavra e **pediu esclarecimentos sobre os anúncios feitos nas redes sociais, sobre o governo trazer uma fábrica de fertilizantes para Macaé.** Problematizou o fato de se anunciar a vinda deste empreendimento sem haver qualquer debate prévio sobre isso no Conselho. Que os conselheiros ficam sem ter o que dizer à população. Também citou a questão das **supressões e podas radicais de árvores ao longo da linha de trem, atrás do supermercado Extra**, que também não passou pelo COMMADS. Enfatizou que a questão das árvores é grave, que as árvores são fundamentais para se garantir água, que quanto mais árvores forem plantadas mais água se retém e que isso é muito importante dentro do contexto que se tem vivenciado de calor excessivo. Relatou que o Centro têm sido sistematicamente empobrecido com relação à presença de árvores e que está ficando com um calor cada vez maior. Destacou ainda a problemática do ciclo vicioso do agravamento da escassez hídrica, em curso, dificultando o reestabelecimento de coberturas vegetais, fato que, por sua vez, agrava ainda mais a escassez hídrica. Relatou que tem caminhado e observado o resultado do serviço contratado de jardinagem urbana, com mudas, apesar de grandes, completamente secas.

Concluiu que isso demonstra que está se tornando inviável molhar todas as mudas do paisagismo e que se deve optar por um paisagismo mais rústico preservando as árvores antigas. Apontou ser necessário fazer uma campanha junto aos moradores pois muitos apoiam a retirada de árvores porque acham que sujam as ruas. **Realizou cobranças sobre as deliberações realizadas dentro do Conselho, pediu retorno sobre as decisões do Conselho**, em sessão protagonizada pelo Conselheiro Leonardo Machado, sobre medidas para melhorar o enfrentamento a incêndios. Pontuou que Macaé ainda tem muita área verde relevante e reiterou que a cidade precisa ter helicóptero disponível, equipes de enfrentamento ao fogo devidamente equipadas e canais de comunicação funcionais e eficientes. A **Conselheira Virgínia** pontuou que a técnica e o saber científico são muito importantes para o Conselho de Meio Ambiente mas ressaltou, também, a relevância da representação dos anseios populares. Disse que não é bióloga, que trabalhou como *designer* a vida inteira e relutou bastante até decidir integrar o COMMADS. Explicou que decidiu participar porque percebeu que a população estava sem voz ativa, que só acessava as informações da Prefeitura através de propagandas de rede social, que não sabem a quem perguntar as coisas. Disse que se torna recorrente a necessidade de se utilizar subsídios de especialistas para o encaminhamento de ofícios e que, muitas vezes, a maneira tecnocrática com que o COMMADS se apresenta, intimida a participação cidadã e, inclusive, fez críticas ao método de condução da reunião apontando que o espaço de fala dos conselheiros foi reduzido. Disse que vai conversar com os demais conselheiros para avaliar a situação. O **Conselheiro Leonardo Machado** citou as falas do Secretário Executivo Hélio Márcio, do início da reunião, avaliando como bem colocadas, como visando o bom andamento da reunião, apesar de compreender as críticas da Conselheira Virgínia e concordar que se busquem alguns ajustes para melhorar o tempo disponibilizado para as falas e até, se necessário, realizar alterações que se mostrarem necessárias para isso, no regimento. Leu trecho do regimento que fala das atribuições do COMMADS, destacando as de: “auxiliar na definição da política ambiental do Município e acompanhar sua execução”; “aprovar as normas, critérios, parâmetros, padrões e índices de qualidade ambiental, bem como métodos para o uso dos recursos ambientais do Município ...”; “contribuir no aprimoramento dos métodos e padrões de monitoramento ambiental desenvolvidos pelo Poder Público”; “ser informado sobre processos de licenciamento de obras públicas”; “apresentar sugestões para projeto de lei de relevância ambiental de iniciativa do Poder Executivo”. Chamou a atenção para esta última atribuição e lembrou que existem projetos importantes em andamento, entre eles o de zoneamento costeiro e o de revisão do Plano Diretor, e que nenhum deles havia passado pela análise do Conselho. Disse que o projeto de zoneamento costeiro provavelmente estava engavetado na gaveta de alguém com pretensões de se tornar dono da proposta, sem deixar passar pelo COMMADS. Reforçou ser importante que esta proposta passe pelo COMMADS. Continuou a leitura das atribuições: “incentivar a criação e a manutenção de espaços territoriais

A

especialmente protegidos". Disse que esta atribuição tem sido citada pelo Doutor Rodrigo Lemes. "examinar matéria em tramitação na administração pública municipal, que envolva questão ambiental...", lembrou que acabou de falar sobre isso em relação ao zoneamento costeiro e Plano Diretor. "fixar diretrizes prioritárias ou emergenciais para a aplicação dos recursos do FUNDAM". Disse que, especificamente sobre isso, foi feita uma proposta de resolução aprovada na reunião de outubro, que gerou o **processo SEMAS 71655-2024**. **Reforçou a importância da sociedade e o do Conselho receberem um retorno em relação a essa verba de 200 mil reais que foi aprovada na resolução de outubro, para que sejam adquiridos equipamentos essenciais para a Guarda Ambiental** e outros entes, para que exerçam a sua função de defesa do meio ambiente com dignidade. Repetiu sobre a relevância deste retorno, destacando o cenário das seguidas ondas de calor que trarão consequências cada vez piores caso não haja uma antecipação de ações estratégicas de enfrentamento destes sinistros. O **Presidente Phelipe Smith** disse que a reunião estava caminhando para o fim e que os interessados em falar teriam que dividir o tempo entre si. O **sr. Fábio Carvalho**, representante do Conselho de Direito Ambiental da OAB, gestor ambiental, convidado da Conselheira Milena, fez uma fala sobre a importância do licenciamento ambiental se tornar cada vez mais transparente e haver um olhar especial para o saneamento. Compartilhou a **opinião de haver uma defasagem da fiscalização municipal em relação a outros municípios**, que o município foca na fiscalização das grandes empresas, mas que, a poluição e os impactos ambientais também vêm dos pequenos empreendimentos. Citou os lava-jatos e oficinas mecânicas como atividades de grande potencial poluidor e que precisam ser fiscalizados. Disse entender que em determinado momento tenha sido necessário priorizar as grandes empresas, mas apelou ao Secretário Municipal e Presidente do Conselho que tenha um olhar especial para a fiscalização, que equipe a fiscalização, porque não adianta fiscalizar bem um setor e não fiscalizar o outro, que o meio ambiente precisa ser visto como um todo, primado também pela fiscalização dos pequenos poluidores. Disse que a OAB estará sempre junto e agradeceu a oportunidade. A **Conselheira Jane** pediu esclarecimentos sobre a participação dos delegados de Macaé na Conferência Estadual de Meio Ambiente e possíveis apoios, devido aos custos. Um **representante do setor de pesca**, que não se identificou, informou sobre uma atividade que vem sendo realizada em parceria entre a Prefeitura, Secretaria de Pesca e Colônia de Pescadores, de limpeza dos manguezais, todas as sextas feiras e que envolve cerca de 500 pescadores. Acrescentou que, na última sexta feira foi coletada uma grande quantidade de lixo na Praia da Barra e que, na próxima, o mutirão seria realizado no Pontal. Disse que a quantidade de lixo nesse ambiente tem sido de uma quantidade absurda. Avisou ainda que, na sexta feira subsequente à próxima, onde inclusive haveria diversos barcos de apoio e ele próprio colocaria um barco seu à disposição do serviço, fariam uma limpeza no Canal Campos-Macaé e da Draga, com retirada de pneus, tirar redes que os próprios pescadores

jogas, garrafas PET que são encontradas em enorme quantidade, e os mais diversos tipos de lixo que, infelizmente, moradores jogam nestas localidades. Disse que uma senhora jogou uma sacola de lixo de cima da ponte enquanto ele passava com o seu barco e quase foi atingido. Narrou que tentou dialogar e explicar que o caminhão de lixo realizava a coleta regular, em determinados dias e horários, e que a senhora reagiu de forma agressiva. Acrescentou que estão realizando atividades de orientação sobre destinação correta de resíduos junto aos pescadores e que o trabalho deles continuaria sendo feito, dando sua pequena contribuição para o meio ambiente. O **Conselheiro Leonardo Machado** pediu mais informações. A Sr.^a **Rosana** pediu informações sobre o processo de poda e corte de árvores. Disse que tinha um pedido de 2019, que era necessário melhorar a comunicação. Fez uma fala em reforço a uma maior valorização das árvores da cidade. O **Conselheiro Rodrigo Lemes** falou da existência da Câmara Técnica de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos, sobre a oficialização da entrada do Conselheiro Thiérs na Câmara Técnica após o anúncio realizado nesta sessão e que o calendário de reuniões da CT é baseada no calendário de reuniões do COMMADS, sendo sempre na sexta-feira após a reunião do Conselho, na modalidade *online*. Comentou que consta no regimento que, a cada novo mandato do COMMADS, se fazem novas definições sobre as Câmaras Técnicas, que geralmente funcionam 3 CTs permanentes, uma delas sendo a de Educação Ambiental que nunca consegue ser formada. Mas citou também às CTs temporárias, que funcionam bem no Comitê de Bacias, que se pode montar comissões especiais provisórias para tratar dos pontos que podem ser melhorados na legislação, inclusive nas resoluções do COMMADS. Acrescentou que, neste mesmo sentido, pode-se formar um grupo de trabalho para iniciar discussões sobre a forma adequada de vistas dos processos de licenciamento pelo Conselho. Sugeriu que se incluísse para a próxima reunião a criação de uma câmara técnica permanente ou provisória, ou uma comissão especial provisória, todos instrumentos previstos no regimento, para esta finalidade. Sinalizou para o representante da OAB presente que seria interessante a sua participação. Lamentou que as coisas encaminhadas no COMMADS se percam, disse que isso não pode acontecer. Lembrou que haviam feito uma discussão no Conselho sobre destinação de recurso para o Atalaia. Destacou se tratar de uma área muito importante, produtora de água, que ainda abastece localidades da cidade, uma joia rara, que se encontra em situação precária, de riscos à visitação e, por isso, fechada. Disse que o local deveria ficar aberto 24 horas, que há movimentos fortes no país para que Parques nunca se fechem. Pediu para que essa pauta também entre na reunião seguinte do Conselho. Fez coro com o **Conselheiro Leonardo Machado** sobre a necessidade de retorno sobre a deliberação de provisionamento de recursos para a Guarda Ambiental, que é uma situação crítica a ser tratada. Sobre o Zoneamento Costeiro considerou importante realizar uma retrospectiva do que ocorreu. Informou que o projeto não se encontra na Secretaria de Ambiente, que está na Secretaria de Desenvolvimento. O **Presidente do Conselho Phelipe Smith** comentou que



estava em dúvida sobre isso e tomou nota da informação. O **Conselheiro Rodrigo Lemes** continuou a explicar o histórico do projeto alegando que o ex-vereador Marlon Lima, que era suplente e assumiu mandato por um tempo, tentou aprovar esta lei de forma acelerada, por ser um compromisso de campanha. Entretanto, explicou, o vereador tentou aprovar essa Lei de Zoneamento sem a realização de um zoneamento prévio com participação da sociedade, que é a forma correta de se elaborar este tipo de regra, um instrumento participativo. Seguiu realizando o relato de que o vereador Michel, que era o presidente da Comissão de Meio Ambiente, foi quem parou a tramitação deste projeto e procurou a universidade, evitando que o pior acontecesse. Compartilhou que a universidade está com um projeto de realizar uma série de oficinas e de agregar material bibliográfico para substanciar o projeto e torna-lo apto a voltar à sua tramitação. Apontou que este também é um ponto de pauta muito importante de ser trazido para o COMMADS, visando trazer este projeto para tramitar na Secretaria de Ambiente. Disse que isso é uma obrigação do Ministério do Meio Ambiente e não sabe porque o projeto está no Desenvolvimento, mas objetivou o debate alegando que o importante era que o COMMADS tivesse vistas sobre o documento e que este zoneamento se tornasse realidade. A **Conselheira Virgínia** abordou preocupações sobre o predomínio da tecnocracia em detrimento de ações concretas para o enfrentamento da crise climática, além de destacar questões relacionadas ao plantio e manutenção da arborização urbana. No que tange ao debate sobre licenciamento ambiental, informou que concorda com as sugestões do conselheiro Thièrs quanto à necessidade de simplificação de processos. No entanto, é fundamental assegurar que tal simplificação não comprometa a transparência, o cumprimento dos prazos constitucionais e a realização de estudos abrangentes sobre os impactos sinérgicos e cumulativos dos empreendimentos licenciados. A observação dos fluxos atuais indica uma concessão acelerada de licenças para projetos voltados à economia fóssil, muitas vezes de forma fragmentada, o que demanda uma análise técnica ainda mais criteriosa frente aos interesses transnacionais presentes no território. A desburocratização dos procedimentos administrativos não pode ser confundida com a flexibilização das responsabilidades legais. Em muitos casos, as exigências normativas representam salvaguardas indispensáveis à garantia da sustentabilidade nos processos de licenciamento. Assim, torna-se imprescindível o fortalecimento da fiscalização ambiental, com equipe técnica em quantidade e qualificação compatíveis à demanda imposta pelo volume de empreendimentos fósseis no município. Além disso, a implementação de uma guarda ambiental estruturada, isenta e devidamente equipada é essencial para a efetividade das ações de proteção ambiental em uma área territorial extensa como a de Macaé. Informou ainda que no que se refere à arborização urbana e à supressão de vegetação, torna-se necessário um acompanhamento mais detalhado das políticas adotadas. Há um histórico recente de remoção significativa de árvores em diversos bairros sem que tenha sido promovida a reposição adequada. Observa-se, ainda, que a manutenção da vegetação urbana não tem seguido um planejamento técnico adequado,



resultando na deterioração da infraestrutura viária, com calçadas danificadas e restos de árvores cortadas sem manejo correto das raízes. Os novos plantios, quando realizados, não contam com proteção contra vandalismo e não atendem à necessidade urgente de ampliação de áreas verdes, especialmente diante do contexto de emergência climática. É imprescindível a adoção de estratégias voltadas à criação de áreas de mitigação térmica e melhoria da qualidade ambiental, com especial atenção para regiões periféricas, bairros populares e áreas recentemente urbanizadas, que enfrentam maiores desafios de habitabilidade. A distribuição desigual da arborização na cidade é um fator preocupante, uma vez que se observa maior presença de cobertura vegetal em bairros nobres, enquanto as áreas ao norte da Ponte da Barra e as zonas industriais apresentam um déficit significativo, evidenciando um quadro de desigualdade ambiental. A qualificação técnica das equipes responsáveis pelo manejo da arborização urbana também deve ser uma prioridade. A implementação de programas de capacitação para os servidores públicos, com foco em práticas adequadas de manejo arbóreo, evitaria a predominância de intervenções inadequadas e garantiria um melhor desempenho dos serviços prestados. Da mesma forma, a articulação intersetorial entre os órgãos ambientais e os serviços públicos deve ser aprimorada para eliminar eventuais dificuldades na resposta às demandas da população, reduzindo a fragmentação das responsabilidades. Por fim, reforça o compromisso, enquanto Instituto Acesso e como representante da Pastoral da Ecologia Integral pelo Movimento Internacional Laudato Si, com a defesa da transparência na implementação de empreendimentos econômicos que impactam diretamente a qualidade de vida da população. Acreditamos que um debate amplo e fundamentado sobre as contradições da expansão da economia fóssil é essencial para a construção de políticas públicas que garantam a sustentabilidade socioambiental e o bem-estar coletivo. O colaborador do Instituto Visão Social, **sr. Alexandre**, questionou sobre se realizar mudanças em legislação que ainda não foi implementada. O **Presidente Phelipe Smith** assumiu a palavra explicando que uma nova gestão estava começando na Secretaria, que os assuntos levantados pelos conselheiros estavam chegando para ele agora, que ele entrou agora em um processo que já estava andando e que ele precisava de tempo para tomar ciência de todos os assuntos levantados. Continuou e afirmou que os assuntos serão encaminhados para ele e as respostas serão trabalhadas e levadas para o COMMADS. Sobre as demandas levantadas, disse que tinha condições de responder à Sr.^a Rosana, sobre os processos de poda e corte de árvore. Explicou que o processo é aberto na Secretaria, segue-se para a realização de uma vistoria no local indicado, é dada uma resposta técnica e, caso seja em área particular, o procedimento fica a cargo do solicitante, se for em via pública, é encaminhado para execução da Secretaria de Serviços Públicos que passa a ser o órgão a que o solicitante precisa recorrer para obter mais informações. Explicou que a competência da Secretaria de Ambiente se encerra com a realização da vistoria e emissão de laudo técnico. Acrescentou que reiterando-se o pedido e sendo em via pública, a Secretaria reitera o pedido para o Serviço



Público. Houve falas inaudíveis, fora do microfone. O **Presidente Phelipe Smith** explicou que a sua equipe estava levantando a discussão sobre a arborização da cidade, preferencialmente com espécies nativas, minimizando impactos das espécies exóticas invasoras. Falou que a intenção era a elaboração de um manual de arborização com a participação do COMMADS. Anunciou que o tempo da reunião havia sido extrapolado e que precisava encerrar, reforçou que a voz dos conselheiros era importante e que esperava que a participação de todos fosse constante. Agradeceu e deu por encerrada a reunião.


Phelipe Smith Salgado
Secretário Municipal de
Ambiente e Sustentabilidade
Matrícula: 408013

